

REVISTA QUAESTIO IURIS

Editorial para o vol. 10-3 (2017)

A Revista Quaestio Iuris, indexada na Web of Science, agora de periodicidade trimestral, nesse volume 10, número 02, 2017, tem o prazer de informar a todos os seus leitores que nossa Revista é destaque entre as revistas do *Research Committee on Sociology of Law* da *International Sociological Association* como **uma das 26 Revistas de referência do comitê em todo o mundo.**

O RCSL foi criado em 1962 por iniciativa de William M. Evan (Universidade da Pensilvânia) e Adam Podgórecki (Universidade de Varsóvia), com o apoio de Renato Treves (Universidade de Milão) durante o Congresso da *International Sociological Association*, realizada em Washington DC. O próprio Treves foi eleito como primeiro presidente, com Podgórecki como vice-presidente e Evan como secretário.

O RCSL foi inicialmente concebido como um fórum, em grande parte informal, para especialistas de todo o mundo para comparar e trocar idéias. Um conselho foi constituído em 1968. A RCSL também realizou reuniões anuais regulares desde 1964 (exceto em 1967). A cada quatro anos, ele se encontra durante o congresso da ISA. Realizou também várias reuniões conjuntas com a Law and Society Association. Desde o final dos anos sessenta, estabeleceu vários grupos de trabalho permanentes como meio de promover sua atividade de pesquisa de forma mais vigorosa. A sua adesão passou de cerca de duas dúzias de estudiosos em 1962 para mais de 450 em 2002. Em 23 de dezembro de 1988, o RCSL assinou um acordo com o governo do País Basco, dando origem ao Instituto Internacional de Sociologia do Direito de Oñati.

A Revista tem ainda a alegria de publicar o artigo "*Le changement de rythme de la globalisation peut-il être une chance pour les émergents latino-américains?*" do Prof. Pierre Salama, Professor emérito das Universidades Centre d'Économie de Paris-Nord - CEPN – CNR e diretor científico da Revue Tiers Monde et du Groupe de Recherche sur l'État, l'Internationalisation des Techniques et le Développement (GREITD). No artigo *Le changement de rythme de la globalisation peut-il être une chance pour les émergents latino-américains?* se analisa o crescimento recente do comércio internacional de bens e serviços e a maior abertura dos países ao comércio internacional e o fim da globalização a partir de 2008, com a retomada de políticas protecionistas nos diversos países, sobretudo os Estados Unidos. Nessa conjuntura, o artigo preconiza que a desaceleração no comércio internacional e a ascensão do protecionismo pode ser uma oportunidade para os países emergentes latino-americanos optarem por um modelo diferente de desenvolvimento e crescimento mais sustentável, que respeite os cidadãos e o meio ambiente. Diz que, nesse contexto, novas alianças de classe podem ocorrer, como nos anos trinta, e permitir a recuperação econômica nesses países, no refluxo da globalização.

Da mesma maneira que nos números anteriores, no presente volume 10, número 03, 2017, publicamos

29 (vinte e nove) artigos inéditos, sendo 09 (nove) artigos estrangeiros: *Do instituto da transmissão do direito de suceder no artigo 2058.º do Código Civil português* de Eva Dias Costa, professora da Universidade Portucalense Infante D. Henrique e editora adjunta da Revista Jurídica Portucalense; *Juízes exemplares*, da Profª. Amalia Amaya, Investigadora Titular do Instituto de Investigaciones Filosóficas da Universidad Autónoma de México – UNAM e mestre e doutora em direito pelo Instituto Universitário Europeu e pela Universidade de Harvard; *A tensão entre independência e controlo político: o caso das entidades portuguesas de regulação*, de João Abreu de Faria Bilhim, mestre, doutor e agregado em ciências sociais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCS) da Universidade Técnica de Lisboa; o já citado, *Le changement de rythme de la globalisation peut-il être une chance pour les émergents latino-américains ?* do Prof. Pierre Salama, Professor emérito das Universidades Centre d'Économie de Paris-Nord - CEPN – CNR e diretor científico da Revue Tiers Monde et du Groupe de Recherche sur l'État, l'Internationalisation des Techniques et le Développement (GREITD); *Attacking illegality. The case of federal presidential intervention in the state of Michoacán, México*, de Jerjes Aguirre Ochoa e Hugo Amador Herrera Torres, professores da Universidad Michoacana de San Nicolas de Hidalgo – UMSNH, México; *A kantian approach to Henri Bergson's concept of obligatory morality*, de John Igbogo Ebeh, Ph.D em African Philosophy pela KSU Anyigba, Senior Lecturer do Departamento de Philosophy and Religion da Kogi State University, Nigéria; *Análisis de la aplicación del derecho extranjero a la luz de las disposiciones generales de derecho internacional privado en el nuevo Código Civil y Comercial argentino* de Adriana Margarita Porcelli, investigadora e profesora de Derecho Internacional Privado, de Derecho Internacional Público, de Estudio de la Constitución Nacional y de los Derechos Humanos y de Legislación Sanitaria da Universidad Nacional de Luján, Argentina; *An account on slavery in Puerto Rico: historic slave legislation 16th to 19th century*, de Ivette Pérez-Vega, Ph.D. em History of the Americas, J.D., Juris Doctor, Professor na University of Puerto Rico, Porto Rico, Estados Unidos; e *La globalización que llega ¿La pobreza que se va?*, de Emilia Santana Ramos, doutora em direito pela Universidad de Las Palmas de Gran Canaria e professora de filosofia do direito na Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha.

Publicamos também em nossa Seção Monografias um alentado estudo denominado *A responsabilidade (diacrônica) pela tutela dos bens ambientais: importantes notas para o direito penal ambiental*, de Matheus Almeida Caetano, doutorando em "Ciências Jurídico-Criminais" na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC). Mestre em "Direito, Estado e Sociedade" pela UFSC. Pós-Graduado em "Direito Penal Econômico e Europeu" pela FDUC. Pesquisador-visitante junto ao Strafrechtliches Institut der Rheinische Friedrich-Wilhelms Universität Bonn. O mencionado trabalho tem como objetivo fazer uma revisão bibliográfica que indicou uma verdadeira diluição dos pressupostos de responsabilidade jurídico-penal, sobretudo de natureza individual (a imprescindibilidade da causalidade...) e subjetiva (...e da culpabilidade) da imputação e da

necessidade de ofensa a bem jurídico, como demonstraram os modelos de um Direito Penal de Precaução e dos delitos de acumulação no âmbito do Direito Penal Ambiental. Como resultados, adverte o artigo sobre a possibilidade de expansão da flexibilização dos requisitos de responsabilidade jurídico-penal da seara penal ambiental para outros setores, nomeadamente para o Direito Penal Nuclear; bem como defende que o Direito Penal (seja o Nuclear, seja o Secundário) só tem legitimidade para tutelar alguns dos bens jurídicos ambientais, dentro de um determinado espaço temporal (no interesse das gerações atuais, as únicas determináveis), das ofensas mais graves (segundo os princípios da ofensividade, *ultima ratio*, fragmentaridade e subsidiariedade).

Em nossa Seção Ensaios publicamos 08 (oito) ensaios, sendo de se destacar 03 (três) ensaios de temas candentes de direito público: *Os discursos de ódio e as ações coletivas; Responsabilidade civil por dano ambiental decorrente do rompimento de barragem e Direitos culturais, fomento à cultura e indústria cultural no sistema constitucional brasileiro*.

Nesse número da Revista ampliamos também nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, com a inclusão de muitos Professores, de inúmeros Estados do país e também de muitos professores estrangeiros, chegando agora a um total de mais de 600 (seiscentos) pareceristas avaliadores.

Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota

Editor da Revista Quaestio Iuris